

GT 11 – Informação e Saúde

ACESSIBILIDADE SOBRE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

ACCESSIBILITY ON AUTISM SPECTRUM DISORDER: WHAT ARE WE TALKING ABOUT?

Juliana Antonio Cardoso – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Tania Chalhub - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Esta pesquisa analisa a literatura da Ciência da Informação sobre acessibilidade com foco em práticas inclusivas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). É uma pesquisa de revisão sistemática de trabalhos publicados em língua portuguesa entre 2015 e 2024 nas bases digitais: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) e Portal de Periódicos da CAPES. Foram localizados 283 artigos, dos quais três atenderam aos critérios de inclusão. Resultados mostram valorização das práticas acessíveis, principalmente em bibliotecas, mas ainda há espaço para aprofundar a compreensão das diferenças conceituais.

Palavras-chave: acesso; acessibilidade; transtorno do espectro autista.

Abstract: This research analyzes the Information Science literature on accessibility, focusing on inclusive practices for people with Autism Spectrum Disorder (ASD). It is a systematic review of works published in Portuguese between 2015 and 2024 in the Information Science Database (BRAPCI), the Brazilian Open Access Scientific Publications and Data Portal (Oasisbr), and the CAPES Journals Portal. A total of 283 articles were located, three of which met the inclusion criteria. The results show a growing appreciation for accessible practices, particularly in libraries, but there is still room for deeper understanding of conceptual differences.

Keywords: access; accessibility; autism spectrum disorder.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, movimentos sociais e legislações promoveram avanços na garantia de direitos de grupos até então excluídos em diferentes espaços da sociedade, como as pessoas com deficiência. Um marco foi a Constituição de 1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Outras conquistas dos movimentos sociais desse período são as leis que garantem direitos relacionados a acesso e acessibilidade a todos os cidadãos, em especial àqueles com necessidades especiais. Em 19 de dezembro de 2000, foi promulgada a Lei 10.098/2000, Acessibilidade das pessoas com deficiência, que institui as normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2000).

A Lei 12.764 promulgada em 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, considera a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. E garante diversos direitos, dentre eles o acesso ao diagnóstico precoce, tratamento multidisciplinar e a inclusão social (Brasil, 2012).

A Lei n. 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (Brasil, 2015), regulamentada pelo Decreto 9.508/2018, estabelece os direitos das pessoas com deficiência e define as normas para acessibilidade. Dentre os direitos fundamentais podemos destacar: Art. 1º: Estabelece a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência; Art. 2º: Define acessibilidade como direito fundamental; Art. 3º: Garante igualdade de acesso à educação, saúde, trabalho, transporte, lazer e cultura. E destaca diversos outros direitos (Brasil, 2018).

De acordo com a referida Lei (Brasil, 2015), em seu artigo 3º, acessibilidade é definida como a possibilidade e a condição de alcançar e usar espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informações e comunicações, incluindo seus sistemas e tecnologias, tornando-os acessíveis a todas as pessoas, especialmente para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Na mesma lei, é garantido diversos direitos de acesso, tais como: acesso à informação, acesso aos serviços de saúde, acesso às políticas públicas, acesso às tecnologias.

Os debates acadêmicos também se multiplicaram e ampliaram a compreensão de cidadania tendo como base a acessibilidade de todos os públicos a todos os espaços da sociedade, da escola ao museu, do atendimento pleno na saúde e nos eventos culturais, da rampa de acesso arquitetônico à acessibilidade comunicacional e atitudinal. As publicações vão tornando mais claras as definições, como a de Freitas (2023), que aponta que é possível ter acesso a um determinado espaço, mas esse espaço não possuir recursos acessíveis.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

No Brasil, as discussões sobre acessibilidade na Ciência da Informação, têm sido presentes na área desde a década 1970. Iniciou com a publicação de Lancaster, em 1975, intitulada *Acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo*, que destacava o tema do acesso à informação. No mesmo período em 1975, Chastinet também trouxe questões relacionadas ao acesso à informação, também camufladas como acessibilidade. Segundo Chalhub (2025), na Ciência da Informação o foco inicial era o acesso físico aos espaços públicos, além do acesso físico aos documentos e recursos eletrônicos, passando aos conceitos de acessibilidade digital e inclusão digital. Atualmente o debate acadêmico apresenta uma preocupação com práticas inclusivas, principalmente em bibliotecas, e “[...] uma preocupação da disponibilização da informação em formatos diversos, com coleções impressas, áudio livro [...] produções científicas e objetos educacionais em diferentes formatos além do textual [...]” (Chalhub, 2025, p. 41).

Martins, Rodrigues e Oliveira (2018) discutem acessibilidade, como a possibilidade de usar tecnologias assistivas e aplicar o desenho universal em produtos, recursos, metodologias, práticas e serviços para pessoas com deficiência, abrangendo espaços, mobiliário, sistemas e tecnologias, garantindo que todas as pessoas tenham acesso à informação acessível. O que sugere uma conexão direta entre os conceitos, no entanto, é importante destacar que o acesso está relacionado à possibilidade de ingressar ou utilizar esses ambientes, serviços ou informações, enquanto a acessibilidade diz respeito à eliminação de barreiras que impedem ou dificultam esse acesso, garantindo autonomia, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

Acessibilidade está diretamente relacionada à apropriação da informação; ter acesso seria um primeiro passo de um processo informacional que precisa estar em linguagem compreensível. Ao discutirmos sobre acessibilidade informacional para pessoas com deficiência, entre elas as pessoas com TEA, é fundamental entendermos que essas pessoas são cidadãos que têm seus direitos comunicacionais garantidos por leis.

As pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e as outras leis como os referentes à acessibilidade. As pessoas com TEA fazem parte de um grupo que é caracterizado por diferentes déficits na comunicação social, interação social e padrões restritivos e repetitivos de comportamento. Nesse sentido, esses indivíduos podem requerer suporte por toda a vida, a depender do nível de autismo, que varia do leve ao severo (American Psychiatric Association, 2014).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

De acordo com Paiva Júnior (2025), a população autista tem apresentado aumento progressivo, como demonstram os estudos apresentados no Canal Autismo / Revista. Segundo o relatório do Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC), publicado em 2025, uma em cada 31 crianças aos oito anos de idade nos Estados Unidos é diagnosticada dentro do espectro autista. O relatório demonstra um gráfico crescente, de 1 a cada 150 crianças em 2004 e 1 a cada 31 em 2022; a pesquisa é feita a cada dois anos. Pesquisas sobre TEA em diversas áreas, como Educação e Psicologia têm ampliado e aprofundado o conhecimento sobre esse público, impactando na qualidade de vida desses cidadãos e suas famílias.

Atualmente, discutir o que significa acesso à informação e acessibilidade é fundamental para promover uma sociedade mais inclusiva. Esses conceitos, embora relacionados, possuem nuances importantes que impactam diretamente na vida de pessoas com diferentes necessidades, especialmente aquelas com TEA, objeto de estudo deste trabalho, numa abordagem da produção científica em Ciência da Informação.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa que busca analisar como a literatura, da Ciência da Informação aborda acesso à informação e acessibilidade, com foco em práticas inclusivas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A revisão sistemática de literatura, segundo Galvão e Ricarte (2020, p. 59), é

[...] uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficas que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão.

Para o desenvolvimento desse estudo, foi realizada uma revisão sistemática de literatura. Que é caracterizada como o meio de identificar, validar e interpretar os resultados de um estudo. É uma metodologia eficaz, visto que evita a duplicidade de revisões, possibilita uma análise rigorosa das evidências e identifica o que já foi pesquisado. Os seus passos são feitos por meio da organização de um protocolo de revisão, formatação de um procedimento de busca e na documentação do passo a passo deste, além do estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A revisão sistemática foi realizada com base em um protocolo que definiu: as bases de dados a serem consultadas, o período de análise, os descritores utilizados, os critérios de inclusão e exclusão dos estudos e as etapas de seleção dos materiais. As buscas foram feitas nas seguintes bases de dados: BRAPCI, Oasisbr e Portal de Periódicos da CAPES. O período considerado foi de janeiro de 2015 a dezembro de 2024, com o intuito de abranger uma década de produção científica recente e relevante sobre a temática.

Foram utilizados os seguintes descritores combinados com operadores booleanos (AND): “Acesso à informação” AND “Transtorno do Espectro Autista”; “Acessibilidade” AND “TEA”; “Acessibilidade” AND “Transtorno do Espectro Autista”. Os resultados foram organizados em planilha eletrônica, permitindo o registro e controle das etapas de triagem e análise. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2024, disponíveis em texto completo, que tivessem sido divulgados em periódicos, anais de eventos ou apresentados como teses e dissertações. Além disso, deveriam estar redigidos em português e abordar diretamente o acesso à informação e a acessibilidade para o público com TEA no âmbito da Ciência da Informação. Como critério de exclusão, as publicações redigidas em idiomas diferentes do português, os trabalhos sem acesso ao texto completo, as obras fora do período estabelecido e os estudos que não discutissem práticas ou questões específicas relacionadas ao TEA.

O processo de seleção iniciou-se com a identificação de 152 artigos a partir da busca nas bases de dados. Após a triagem dos títulos e resumos, foram selecionados 32 trabalhos. Na etapa seguinte, que envolveu a leitura completa e a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão, esse número foi reduzido para três (3) artigos que atenderam aos requisitos estabelecidos.

É importante destacar que este estudo apresenta um recorte intencional e delimitado, considerando apenas publicações em português, disponíveis em texto completo, e recuperadas nas bases digitais Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) e Portal de Periódicos da CAPES. Essa delimitação visa garantir a coerência temática com o campo da CI e a viabilidade do estudo, ainda que restrinja o número de estudos incluídos. Assim, a afirmação de que a temática está em estágio inicial refere-se ao conjunto de resultados obtidos a partir desses critérios de recorte temporal e regional.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A seguir no Quadro 1 apresentamos os artigos recuperados nas bases que abordam a temática da acessibilidade e TEA, evidenciando as principais contribuições e lacunas na literatura científica da área.

Quadro 1 – Artigos recuperados nas bases BRAPCI, OASISBR e Portal CAPES sobre acessibilidade e TEA – 2015 a 2024

ANO	AUTORIA	TEMA
2017	Marcos Pastana Santos Cládice Nóbile Diniz Edicléa Mascarenhas Fernandes	Acessibilidade informacional para usuários com transtorno do espectro autista na biblioteca.
2018	Marcos Pastana Santos Cládice Nóbile Diniz	A inclusão dos usuários com transtorno do espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar.
2024	Alexandra dos Santos Aragão	O emprego da tecnologia assistiva para a promoção da acessibilidade : a experiência da biblioteca de campus Lagarto.

Fonte: Dados da pesquisa

Os artigos analisados indicam que há um reconhecimento geral da importância de práticas acessíveis e inclusivas para pessoas com TEA, principalmente em ambientes como bibliotecas e escolas. O artigo de Santos, Diniz e Fernandes (2017, p. 1879) aponta a importância da acessibilidade nas escolas da rede regular.

Nesses espaços existem bibliotecas e o bibliotecário, conjuntamente com os professores, podem promover atividades informacionais que aumentem o vocabulário deste usuário e, que permitam através da leitura potencializar sua sociabilidade, suas emoções afetivas e a inteligência cognitiva. E, também ampliar a perspectiva para as bibliotecas comunitárias, incentivando a participação destes indivíduos nos ambientes sociais e o direito de acesso ao patrimônio cultural de sua comunidade.

A pesquisa de Santos, Diniz e Fernandes (2017), discute práticas acessíveis e o papel dos profissionais na inclusão, denotando uma abordagem explícita sobre como esses profissionais percebem a diferença entre esses conceitos na sua prática ou formação, numa perspectiva inclusiva e acessível, indo muito além do acesso. Outro aspecto importante do artigo em pauta é a valorização da capacitação dos profissionais, uso de tecnologias assistivas e inclusão de usuários com TEA. Os autores trazem uma base sobre ações e estratégias que esses profissionais adotam, o que ajuda a entender suas práticas potencializadoras de acessibilidade.

Este estudo mostra que os profissionais estão atentos à necessidade de capacitação, uso de tecnologias assistivas e estratégias específicas para inclusão. Outro ponto importante é que os artigos abordam a acessibilidade de forma geral, focando em ações, estratégias e recursos.

Santos e Diniz (2018), abordam questões relacionadas à inclusão e acessibilidade em biblioteca escolar e têm como foco principal a construção de atividades pedagógicas e na adaptação de serviços e apontam para a importância de “[...] ofertar acessibilidade não somente arquitetônica, mas que perpassa às outras demandas sociais, como a acessibilidade atitudinal, a comunicacional e a programática” (Santos; Diniz, 2018, p. 94). Os autores discutem o letramento informacional, práticas acessíveis e design universal na biblioteca escolar e ações multidisciplinares, numa perspectiva de práticas inclusivas (Santos; Diniz, 2018).

Por fim, estes estudos que investigam a tecnologia assistiva e o letramento informacional, mostram que há um entendimento técnico e prático sobre acessibilidade, mas ainda há uma necessidade de explorar mais como esses profissionais percebem e internalizam esses conceitos na sua formação e prática cotidiana.

Aragão (2024), em sua dissertação, investiga a percepção dos colaboradores de uma biblioteca sobre tecnologia assistiva, com uma abordagem qualitativa que busca compreender percepções, conhecimentos e práticas. Refere-se diretamente às percepções dos profissionais, procurando entender como eles percebem a diferença entre acesso à informação e acessibilidade. Ao falar de acessibilidade, a autora não se limita ao acesso e acessibilidade relacionada à mobilidade, mas amplia para fatores que envolvem a estrutura do ambiente, a comunicação e a atitude das pessoas, buscando garantir autonomia, segurança e o pleno convívio de pessoas com deficiências. Assim, o conceito de acessibilidade na sua abordagem refere-se ao acesso integral e qualificado, que assegura a participação e inclusão efetiva, e não apenas a entrada ou o acesso físico ao espaço, destacando que as bibliotecas precisam

Assumir a responsabilidade de proporcionar uma experiência agradável para seus usuários, adotando práticas inclusivas, estimulando entre seus colaboradores a acessibilidade atitudinal por meio da sensibilização, seja por capacitações continuadas, treinamentos, palestras, acesso a conteúdos informativos, entre outros. (Aragão, 2024, p. 14),

Nessa perspectiva as tecnologias assistivas são fundamentais para tornar as ações informacionais inclusivas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribui com uma reflexão sobre a importância da acessibilidade e das práticas inclusivas para usuários com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na área da Ciência da Informação.

Nos estudos analisados, observou-se que o foco recai, predominantemente, sobre diferentes formas de acessibilidade, com destaque para a acessibilidade informacional e atitudinal. Os resultados indicam que os profissionais atuam com base em entendimentos teóricos que se articulam com práticas profissionais inclusivas, refletindo sobre como essas percepções moldam as suas ações cotidianas e a implementação de estratégias voltadas à inclusão e à capacitação profissional.

Diante desse cenário destaca-se a necessidade de novas pesquisas incorporando publicações internacionais, a fim de enriquecer o debate com perspectivas e experiências de diferentes contextos culturais e científicos, além de considerar outras metodologias de investigação, como entrevistas com profissionais que atuam diretamente na área, para compreender com maior profundidade os desafios e as soluções encontradas na prática.

Novos estudos poderão fortalecer o desenvolvimento de práticas informacionais mais inclusivas, equitativas e alinhadas às necessidades reais desse público que demanda uma comunicação diferenciada.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAGÃO, A. dos S. **O emprego da Tecnologia Assistiva para a promoção da acessibilidade : a experiência da biblioteca Campus Lagarto**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/20198>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 25 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 07 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 19 jul. 2019.

CHALHUB, T. Acessibilidade na UFPA: em foco a contribuição dos programas de pós-graduação sobre acessibilidade informacional. *In*: CONDURU, Marise Teles *et al.* (org.). **Percursos da Ciência da Informação para o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Belém: ICSA: Laboratório Editorial PPGCI, 2025. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/items/2167f92f-b099-4577-ae9e-80451b6235e1>. Acesso em: 10 abr. 2025

CHASTINET, Y. S. Os serviços de um sistema de informação e sua aceitação pelos usuários. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 123–130, jul./dez. 1975. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28575/24844>. Acesso em: 09 jun. 2023.

FREITAS, M. C. de. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 53, e10084, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10084>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa e RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335831854_REVISAO_SISTEMATICA_DA_LITERATURA_CONCEITUACAO_PRODUCAO_E_PUBLICACAO/link/5d7ede30a6fdcc2f0f713bad/download. Acesso em: 28 fev. 2026.

LANCASTER, F. W. Acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 4, n. 2, 1975. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/55>. Acesso em: 09 jun. 2023.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

MARTINS, D. F.; RODRIGUES, G. M.; OLIVEIRA, L. P. de. Acesso e acessibilidade em ambientes web para pessoas com deficiência: avanços e limites. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 45–52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n4.06.p45>. Acesso em: 2 maio 2025.

PAIVA JÚNIOR, F. Prevalência de autismo: 1 em 31 é o novo número do CDC nos EUA. **Canal Autismo**, [s.l.], 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/en/cdc-reports-autism-prevalence-now-1-in-31-brazil-could-have-6-9-million-autistic-individuals/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N. A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 92–106, 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1413>. Acesso em: 1 maio 2025.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; FERNANDES, E. M. Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 13, p. 1863–1882, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/906>.